

218

**A REGULAÇÃO DA PESCA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE.** *Liandra Peres Caldasso, Sérgio Marley Modesto Monteiro (orient.)* (Departamento de Economia, UFRGS).

A pesca artesanal sempre foi uma atividade relevante na região estuarina da Lagoa dos Patos, que abrange os municípios de Rio Grande, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Pelotas, envolvendo cerca de 25 mil pessoas. Entretanto, ela vem, ao longo dos anos, perdendo importância e sua decadência já revela contornos de um problema social. O atual quadro de declínio está associado à falta de definição dos direitos de propriedade, resultando na sobre-exploração dos recursos pesqueiros. A maior parte dos estudos sobre o assunto trata o manejo inadequado dos recursos pesqueiros sob uma perspectiva ecológica, que contempla principalmente os aspectos biofísicos do problema. Por tratar-se de um recurso de propriedade comum, é necessário que sejam incluídos na análise os aspectos institucionais, aqui pensados como o conjunto de normas que regulam a atividade. Sendo assim, o objetivo deste estudo é, com base na moderna teoria institucional, formular uma proposta de regulação da pesca artesanal para o município e região, adequada à realidade econômica e social que permita o uso sustentável dos recursos. Para isso, foi realizada inicialmente a revisão bibliográfica, o levantamento de dados sobre a pesca artesanal, obtidos por meio do IBAMA e de pesquisa de campo e a compilação da legislação referente às políticas de regulamentação do setor pesqueiro a nível regional, estadual e federal. O estudo ressaltou as limitações das soluções de mercado e de intervenção pública. Surge assim uma terceira via, a gestão coletiva (ou comunitária) do recurso, envolvendo os indivíduos que usam o recurso em comum que, sob determinadas condições, pode ser uma alternativa viável para o manejo dos recursos naturais em geral e dos recursos pesqueiros em particular. A forma de regulação por meio da gestão coletiva com a criação de uma reserva extrativista, atende, portanto, tanto os aspectos de sustentabilidade dos recursos, bem como os aspectos econômicos e sociais.